

(Para o Simpósio: Ensino de História e Educação – nº 37)

O LIVRO DIDÁTICO E O ENSINO DE HISTÓRIA

Luciana Calissi – Mestranda

Orientador: prof. Dr. Élio Chaves Flores

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

A historiografia didática compreende o conjunto de produções de livros de história voltado para o Ensino Básico (A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9.394/96 - estabelece que o Ensino Básico compreende os Ensinos Fundamental I e II e o Ensino Médio). Trata-se dos livros que comumente são utilizados em sala de aula e que denominados também de manuais didáticos; diferente portanto, da historiografia sobre o livro didático, aquela que representa um conjunto de obras acadêmicas críticas sobre a produção didática de História.

O uso do livro didático e a opinião sobre a sua função e importância são motivos de polêmicas. Primeiramente por que não é seguro falar em um livro didático. Não se trata necessariamente de uma produção homogênea e unívoca. Além disto, alguns autores acreditam que sua importância varia de acordo com o leitor ou com o local onde estiver sendo utilizado. Outros ainda entendem esta prática do uso dos manuais como limitadora de possibilidades metodológicas e de conhecimento. Sem desprezar estas considerações, trato o livro didático de uma outra forma, e devo aqui esclarecer o ponto de vista sob o qual estarei analisando este tipo de historiografia.

O livro didático é examinado como um objeto que compreende diversos conteúdos educacionais que servem como suporte de idéias, de propostas metodológicas e recuperação de memória, como representação de uma postura metodológica do ensino da disciplina História. É importante observar que não se objetiva neste trabalho a análise da leitura do livro didático. Não caberá aqui refletir sobre a reação ou efeitos deste tipo de literatura nas salas de aula. Sem desprezar a importância da indústria cultural, não realizarei uma análise do ponto de vista mercadológico. O que se pretende é um estudo sobre alguns aspectos da historiografia didática e sua relação com as questões políticas e sociais dentro de um recorte histórico determinado.

Apesar de polêmico, acredito que algumas funções do livro didático, independente de setores ou grupos sociais, são mais ou menos comuns em diversos tipos de escolas. Na maior parte delas, este tipo de literatura, a didática, é uma das responsáveis pelo conhecimento histórico dos alunos e, muitas vezes, compreende a base do conhecimento e das aulas de grande parte dos professores. Mesmo quando uma escola adota apostilas no lugar de livros, estas também seguem o padrão dos livros didáticos convencionais. Segundo (ABUD, 19??, p. 81):

“... outra função tem sido assumida pelo livro didático: a de informar também o professor. Este, em razão das deficiências de formação e das condições de trabalho que enfrenta, não

procura outro tipo de obras para a preparação de aulas, quer expositivas ou de qualquer outra natureza, já que mesmo para trabalhos com texto, de modo geral são utilizados trechos do livro de classe”.¹

Mesmo quando os alunos não têm condições de adquirir os livros indicados, é através deles que, de forma indireta, acabam tendo acesso ao conteúdo sobre História. Segundo (ALMEIDA, 1996, p.89), “... os livros didáticos muitas vezes assumiram o papel de balizadores de conteúdos, como se fossem guias curriculares oficiais. (...) de tal sorte que ‘autores e editores passam a definir programas reais que vão ser ensinados’”.² Portanto, pode-se generalizar alguns aspectos da utilização da historiografia didática; como veículo de conteúdo da disciplina e também como instrumento metodológico e até pedagógico, interferindo, em certa medida, no processo de aprendizagem do aluno.

É muito importante observar que o livro didático não é o único instrumento metodológico possível, e seu conteúdo e estrutura não representam uma verdade. Assim mesmo, devemos considerar a sua importância dentro do universo escolar. Cada professor tem seu ideal de perfeição e suas necessidades, por isso é importante obtermos instrumentos para a sua escolha. Aliás, atualmente, uma das importantes características do universo historiográfico é a crescente diversidade de abordagens na produção destes manuais que nos dá a oportunidade de opção. Além da diversidade de abordagens, também os tipos de manuais didáticos são diferenciados. Principalmente a partir da década de 1990, pode-se falar em três modelos de manual didático: os livros convencionais, os temáticos e os paradidáticos.

Convencional: esta denominação não tem o mesmo significado que tradicional. Diferentes dos livros aos moldes da década de 1970, poucos manuais hoje tendem a manter as características conservadoras daquele período. O termo convencional se refere às produções didáticas mais utilizadas em salas de aula, ou mais adotadas pelas escolas. Estas apresentam uma forma específica de apresentação do conteúdo a ser ensinado. Este tipo de manual é aquele onde cada capítulo corresponde normalmente, a um período da história de uma civilização, cuja seqüência desta exposição de capítulos corresponde à divisão do tempo e dos períodos históricos baseados no calendário tradicional cristão ocidental.

A descrição e análise destes povos e/ou períodos é realizada a partir da divisão do conteúdo em aspectos ou conjunto parcial de características: economia, política, sociedade, cultura etc.. Este tipo de construção textual de organização do conhecimento pode ser considerado uma tendência ou influência da história marxista. Segundo BOIS (1998 p.245), “Notaremos antes de mais nada que o marxismo representou muito cedo um papel fecundo nessa renovação metodológica. Na medida em que ele tende a uma história ‘global’ ou ‘total’, que deve apreender simultaneamente os diferentes aspectos da vida social (o econômico e o mental, o social e o político), ele tem desde suas origens a

vocação de se abrir sem restrições a diferentes ciências humanas”.³ Assim, os livros convencionais também apresentam uma abordagem histórica que projeta uma história total, no sentido de tratar todos os aspectos considerados importantes de uma dada sociedade, civilização ou país.

Outro estilo mais atual, compreende os livros chamados de História Integrada ou Global, que seguem mais ou menos o mesmo padrão convencional e objetivam abordar a história de todo o mundo ocidental: Brasil, Europa e América num só volume, estabelecendo relações entre as regiões e períodos históricos, identificando-se ainda mais com a proposta de história total, pretendendo também uma síntese sobre os aspectos político, social, cultural e religioso. Porém faz-se necessário dizer que os livros de História Total ou Global também podem ser, de certa forma, enquadrados na tendência da História Nova, na medida em que objetivam transmitir uma visão não fragmentada do conhecimento histórico, promovendo reflexões sobre as relações entre espaços locais, regionais, nacionais e mundiais, além de confirmarem a tendência na utilização de novos documentos históricos e tentativas de novas abordagens.

É importante observar que não se pretende aqui responder a duas discussões; a dos diversos marxismos subentendidos nas produções didáticas e as confluências existentes entre o marxismo e a História Nova, muitas delas apresentadas por BOIS (1998)⁴. Estas análises são de fato importantes, mas neste momento não correspondem à proposta deste trabalho.

Temático: Este tipo de produção é mais recente, final dos anos 1990 e início dos anos 2000. É um trabalho que luta contra a história factual e política, com uma abordagem predominantemente de influência da História Nova. Diferente dos convencionais, que se estruturam em periodizações rígidas e externas, não analisam um período ou uma civilização como um todo, ou sob todos os aspectos de uma sociedade; não objetivam uma história total. Estabelecem temas ou eixos temáticos que são tratados em diversos momentos da história da humanidade. Os temas são variados: cultura, religião, arte, entre outros. Temos como exemplo, a coleção de História Temática de Andréa Montellato, Conceição Cabrini e Roberto Catelli (2000)⁵, que apresenta quatro eixos temáticos: Tempos e Cultura; Diversidade Cultural e Conflitos; Terra e Propriedade e o Mundo dos cidadãos.

Paradidático: Segundo o dicionário Aurélio, “diz-se de livro, material escolar etc., que, sem ser propriamente didático, é utilizado para este fim”. E o que significa “sem ser propriamente didático”? Não seriam estes livros instrutivos e eficientes para o ensino? Nem seriam eles produzidos exatamente para os alunos de Ensino Fundamental e de Ensino Médio? Claro que sim. Talvez o significado que se pretende dar seja o de livros de apoio, de aparato aos livros didáticos convencionais, livros que não são comumente utilizados em sala de aula. Na verdade este tipo de explicação é muito limitado e pode dificultar a revelação das importantes características e potencial deste tipo de historiografia.

Assim como os livros temáticos e convencionais, esta tendência vai contra a história factual e positivista. Normalmente aborda um episódio ou fato histórico considerado significativo na nossa história ocidental, como por exemplo a Revolução Francesa. Os livros paradidáticos têm uma função ou metodologia diferenciada tanto dos temáticos quanto dos convencionais, embora guardem muitas semelhanças. Ao contrário do livro convencional, que se propõe à função de um manual sintético de informações básicas para que o aluno possa cumprir as etapas obrigatórias do sistema escolar, este tipo de manual, o paradidático, vem traçar uma abordagem diferenciada de assuntos tradicionais. Como os manuais convencionais, este tipo de livro tem também um papel pragmático de iniciação numa disciplina científica ou acadêmica, mas, por outro lado, não é conteudista e nem objetiva a história global no sentido a que se refere à história total apresentada nos livros convencionais.

O tipo de metodologia neste modelo de literatura didática se aproxima, como nos temáticos, da historiografia vinculada à chamada História Nova, pois muitas vezes oferecem uma análise a partir de novas abordagens e novos tipos de documentos. Examinam, sobre um tema específico, além dos aspectos econômicos, políticos e sociais, os aspectos culturais, valorizando o estudo do cotidiano, da cultura, da mentalidade de uma época. A História Nova, em oposição à história tradicional, passou a considerar toda a atividade humana passível de historicidade. Ou seja, “tudo tem uma história, daí a expressão ‘história total’”.⁶ Esta definição, na verdade, não tem o mesmo sentido da história global de síntese marxista. Mas também não significa que tudo de fato é história, mas que tudo, potencialmente, pode ser eleito e se tornar um fato passível de análise histórica. Daí a valorização de diversos aspectos, manifestações ou atividades humanas neste tipo de estudo.

Além disto, tanto os historiadores da Nova História, como os marxistas, têm como um de seus objetos a classe subalterna, porém a abordagem é diferenciada. Os marxistas tratam as classes trabalhadoras como um todo, sem conflitos internos necessariamente. Já a História Nova visualiza os subgrupos e as “individualidades” da classe trabalhadora. Assim, um livro paradidático não pretende a síntese, valoriza novos tipos de documentos e novas abordagens historiográficas, tais como a análise de subgrupos sociais, manifestações artísticas e o cotidiano das pessoas.

Na produção de manuais, independentemente de seu tipo (convencional, temático ou paradidático), os aspectos didáticos tendem a ser predominantes. Os autores têm como público alvo os grupos de classe e procuram criar um universo de linguagens em forma de texto, imagens, atividades e exercícios, acessíveis à maioria dos participantes das classes, capazes de estimular a interação professor-aluno. Assim, este tipo de obra em última instância, carrega em si, em qualquer tempo, a responsabilidade de mediador entre professor e aluno, e como mediador, busca linguagens adequadas para o cumprimento desta função de acordo com a proposta metodológica por ele apresentada.

O livro didático compreende um conjunto de símbolos chamado linguagem. Esta linguagem, nova ou não, representa uma visão de mundo, uma forma de expressar a análise histórica de um autor, grupo de intelectuais ou do próprio Estado. Sendo a linguagem elemento intrínseco ao livro, através dele pode-se verificar a sua renovação ou inovação, se esta se altera através do tempo e a partir de novas conjunturas. É viável detectar modificações na representação do saber histórico e, conseqüentemente da concepção sociopolítica que o livro pretende transmitir. Neste sentido deve-se observar a composição de um livro, sua proposta metodológica explícita ou não, e aquilo que ele pode representar, uma visão histórica e de valores. Portanto, a visão histórica exibida num manual, muitas vezes reflete o momento da produção deste.

O Regime Militar por exemplo, produziu um determinado tipo de literatura para aprendizagem, buscando cumprir um determinado papel como mediador de conhecimentos. Após este regime outra literatura destinada à escola foi produzida e editada, buscando cumprir este papel de mediador de forma diferenciada. Assim como o contexto sócio-político de 80 a 90 sofreu transformações, as propostas metodológicas de ensino e a produção historiográfica didática também se modificaram, e buscaram novas abordagens ou uma certa renovação metodológica.

Estas observações permitem a elaboração de uma análise da relação entre o livro didático de História, a utilização de “novas linguagens” e o contexto onde foi produzido. O que chamamos de Novas Linguagens na verdade corresponde aos novos objetos para novas abordagens propostos por Jacques Le Goff principalmente a partir da década de 70. Este historiador francês propunha como objetos historiográficos as representações da sociedade humana, as manifestações culturais em geral: pintura, música, etc. Além da interdisciplinaridade e a história do cotidiano. Na atualidade, o termo novas linguagens, se refere aos novos objetos tratados como novas fontes para o ensino de história. Estas “novas” fontes permitem novas abordagens do processo histórico tratado por professores e alunos.

Seguindo a trajetória histórica do Brasil do final do período militar da década de 80 e a abertura política até os anos 90 do séc. XX, é possível traçar a trajetória das “novas linguagens” no ensino de História, tendo como fontes os livros didáticos de História do Brasil republicano das décadas de 80 e 90. A quantidade de aspectos e tipos de linguagens que poderiam ser eleitos neste tipo de estudo é demasiadamente grande. Um livro didático pode apresentar muitas possibilidades e formas de abordagem, como por exemplo, poderiam ser analisadas as representações pictóricas, buscando-se compreender o seu significado e sua importância como documento e como elemento de eventual mudança metodológica no ensino de história; ou ainda a análise de textos escritos verificando-se aspecto renovador em seu conteúdo; a charge ou a música. Entre as diversas opções, a canção popular pode ser considerada um tipo de linguagem interessante para este estudo. Uma análise sobre o livro didático convencional e a utilização da MPB em seu conteúdo, como

instrumento metodológico, como fonte primária ou como simples ilustração sobre o conteúdo desenvolvido pelo autor, nos revela dados importantes em relação às modificações por que passou o livro didático e as propostas para o ensino de história.

A escolha da MPB como fonte de análise histórica está diretamente ligada ao que ela a princípio representa; a expressão do coletivo. E como tal, também muitas vezes denunciadora de problemas sociais, refere-se de forma direta ou indireta às questões também políticas, representando até certo ponto a sociedade onde se insere sua produção. Pode-se considerar portanto, que este tipo de expressão cultural traz vários elementos de análise para possíveis explicações do significado e alcance da música dentro da sociedade: "A relação direta e imediata estabelecida entre arte e sociedade era tomada como uma palavra de ordem e definia uma concepção de arte como serviço e superinvestida do ponto de vista de sua eficácia mais imediata".⁸

Este tipo de estudo significa um resgate da trajetória da disciplina História e da MPB no livro didático desta disciplina, na medida em que objetiva contribuir para a percepção de transformações pelas quais passou este tipo de estudo do ponto de vista metodológico, tendo como foco a MPB. Esta pesquisa busca respostas para alguns questionamentos: Qual o papel do livro didático no processo educacional brasileiro do período em questão? A modificação política e social que se estabeleceu a partir da chamada “distensão” política nacional se refletiu na elaboração dos livros didáticos? De que forma? Como se apresenta a MPB nos livros de História, tendo em vista que esta presença pode revelar outros aspectos importantes da historiografia didática no Brasil?

Acredito que, a partir do conhecimento e discussão sobre a trajetória e o papel dos manuais didáticos, da consciência da diversidade deste tipo de historiografia quanto aos aspectos metodológicos e historiográficos, é que poderemos fazer opções e nos posicionarmos perante um dos instrumentos metodológicos mais utilizados no Ensino Básico. Este estudo pretende ser apenas mais uma pequena contribuição para um importante debate sobre o ensino de História, que compreende a análise do que e como se aprende história no Ensino Básico.

¹ ABUD, Maria Kátia. O Livro Didático e a Popularização do Saber Histórico. In: SILVA, Marcos A da (org.). *Repensando a História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, [19- -?].p. 81

² ALMEIDA, Antonio S. Neto. *O Ensino de História no Período Militar: Práticas e Cultura Escolar*. Dissertação de mestrado.FEUSP, São Paulo, 1996, p. 89

³ BOIS, Guy. Marxismo e História Nova In: GOFF, Le (org.). *A História Nova*. São Paulo: Martins Fontes, 1998]

⁴ Idem

⁵ CABRINI, Conceição, CATELLI, Roberto e MONTELLATO, Andréa. *História Temática*. São Paulo: Scipione, 2000.

⁶ BURKE, Peter. *A Escrita da História: Novas Perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992

⁸ HOLANDA, Heloísa Buarque de. (1981) Impressões de Viagem; CPC, Vanguarda e Desbunde: 1960/70. São Paulo, brasiliense